

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.486.896 - RS (2019/0105925-4)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
AGRAVANTE : BANCO SANTANDER S/A
ADVOGADOS : ZAIRO FRANCISCO CASTALDELLO E OUTRO(S) - RS030019
JANAINÉ LONGHI CASTALDELLO - RS083261
AGRAVADO : ANDRÉ PEREIRA PAIVA
ADVOGADO : GABRIEL RODRIGUES GARCIA - RS051016

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por BANCO SANTANDER S/A, contra decisão que inadmitiu recurso especial com fundamento no art. 105, inciso III, da Constituição Federal.

É o relatório. Decido.

Inicialmente, de acordo com os Enunciados Administrativos do STJ n.ºs 02 e 03, os requisitos de admissibilidade a serem observados são os previstos no Código de Processo Civil de 1973, se a decisão impugnada tiver sido publicada até 17 de março de 2016, inclusive; ou, se publicada a partir de 18 de março de 2016, os preconizados no Código de Processo Civil de 2015.

Mediante análise do recurso de BANCO SANTANDER S/A, a parte Recorrente foi intimada da decisão agravada em 24/08/2018, sendo o agravo somente interposto em 15/01/2019.

O recurso é, pois, manifestamente intempestivo, porquanto interposto fora do prazo de 15 (quinze) dias úteis, nos termos do art. 994, VIII, c.c. os arts. 1.003, § 5.º, 1.042, *caput*, e 219, *caput*, todos do Código de Processo Civil.

Veja-se que o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL negou seguimento ao recurso especial porque havia questão que foi decidida em sede de recurso repetitivo e, também, inadmitiu, quanto às demais questões.

Diante desse juízo preliminar heterogêneo de conformidade e admissibilidade a parte apresentou apenas agravo interno, insurgindo-se contra a tese repetitiva.

O tribunal *a quo* julgou o agravo interno, referente ao juízo de conformidade e, a contar da intimação desse *decisum*, a parte Recorrente apresentou o presente agravo em recurso especial. No entanto, a contagem do prazo recursal deve ser feita da decisão

de inadmissibilidade, não a partir do julgamento do agravo interno.

Registre-se que não há causa suspensiva ou interruptiva da contagem do prazo recursal no caso, uma vez que “Para impugnar decisão que obsta trânsito a recurso excepcional e que contenha simultaneamente fundamento relacionado à sistemática dos recursos repetitivos ou da repercussão geral (art. 1.030, I, do CPC) e fundamento relacionado à análise dos pressupostos de admissibilidade recursais (art. 1.030, V, do CPC), a parte sucumbente deve interpor, simultaneamente, agravo interno (art. 1.021 do CPC) caso queira impugnar a parte relativa aos recursos repetitivos ou repercussão geral e agravo em recurso especial/extraordinário (art. 1.042 do CPC) caso queira impugnar a parte relativa aos fundamentos de inadmissão por ausência dos pressupostos recursais” (Enunciado 77, da I Jornada de Direito Processual Civil do Conselho da Justiça Federal).

Caso exista nos autos prévia fixação de honorários advocatícios pelas instâncias de origem, determino sua majoração em desfavor da parte recorrente, no importe de 15% sobre o valor já arbitrado, nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão da gratuidade da justiça.

Ante o exposto, **com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, não conheço do recurso.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 11 de junho de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente